

RECENSÃO CRÍTICA

MORTÁGUA, JOANA; CASTELLO BRANCO, MARIA E PERALTA, SUSANA (2024). REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE – IDENTIDADES E FAMÍLIAS. 1.ª EDIÇÃO, AGOSTO DE 2024. ALFRAGIDE: OFICINA DO LIVRO. ISBN: 978-989-581-244-8

CAROLINA QUERIDO

carolinaquerido98@gmail.com

Estudante de Doutoramento em Ciência Política, NOVA FCSH (Portugal); Observatório Político.
ORCID: 0009-0006-0442-9885 / CIÊNCIA ID: 7A1A-B802-4DF7

Reflexões sobre reflexões: uma análise do debate do género, identidades e diversidade

Para falar sobre a obra *Reflexões sobre a Liberdade – Identidades e famílias* (2024) é necessário mencionar a obra *Identidade e Família: Entre a consistência da tradição e as exigências da modernidade* (2024). Após a sua célebre apresentação na Livraria Buchholz pelo antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o *Identidade e Família* (2024) ganhou relevância nacional. De facto, o teor dos textos que compõem esta obra, associados às questões do combate de uma “ideologia de género”, a “cultura de morte” e a defesa da “família tradicional”, reacenderam o debate mediático sobre questões de género, identidade e diversidade. Simultaneamente, com a tentativa de retrocesso em direitos sociais na agenda de novas formações populistas de direita radical, este debate torna-se cada vez mais relevante não só para a Ciência Política como para a sociedade civil. Quanto à obra em análise, *Reflexões sobre a Liberdade* (2024), as três coordenadoras – Joana Mortágua, Maria Castello Branco e Susana Peralta – sublinham, logo na sua introdução, que não deverá ser vista como uma “resposta” ou um “ataque” ao *Identidade e Família* (2024). Joana Mortágua, deputada eleita pelo Bloco de Esquerda, Maria Castello Branco, integrante do podcast “Lei da Paridade” e candidata pelas eleições legislativas e europeias em 2019 pela Iniciativa Liberal, Susana Peralta, Professora na NOVA SBE e colunista pelo Público, apresentam-se como três mulheres com idades, percursos e opiniões diferentes, unidas na defesa da diversidade, liberdade e democracia. De facto, o objetivo maior desta obra é, como notado pelas coordenadoras: “Antes nos inscrevemos numa saudável dialética de acolhimento da diversidade de projetos de vida numa democracia liberal e da centralidade de tal desígnio na construção de uma melhor democracia.” (p. 11)

Esta obra é composta por vinte artigos por vinte autores diferentes, em que se trata uma ou mais das seguintes questões: 1) grupos discriminados (mulheres, pessoas racializadas, identidade de género, orientação sexual); 2) escolhas políticas relacionadas



a valores profundos (como o aborto, eutanásia ou a parentalidade); 3) um testemunho pessoal sobre o tema.

A secção inicial é relativa a grupos e identidades discriminados, juntando diversos artigos sobre as várias formas de discriminação e dos diversos grupos (incluindo-se mulheres, pessoas racializadas, a identidade de género, a orientação sexual). A multiplicidade de identidades no seio da sociedade, e o constante ataque à sua existência, expressam-se de formas diferentes, mas unem-se num mesmo ponto: na posição de desvantagem perante o tipificado como “normal” ou “natural”, em contraste com o marginal, o minoritário, o diferente.

No que diz respeito à questão de identidade de pessoas racializadas, Van Dunem refere como a sua identidade enquanto criança estava apenas agregada ao género e idade, até que: “(...) chegou um momento em que tive de franquear a barreira da porta, de ouvir os gritos do mundo e, no meio deles, surgiu, pesada e densa, a palavra: ‘preto.’” (p. 93) De facto, as identidades são também tema nos textos de Henrique França – mencionando o largo espectro de identidades entre homens, mulheres, cis e trans, para nos falar de liberdade (p. 107) – e de Hilda de Paulo, sobre a visão de cirurgiões estéticos, que assinaram prefácios, em obras de pessoas trans, “Esses textos são carregados de um viés patologizante sobre a transgeneridade, ainda a tratar o género de uma forma bem essencialista, (...) caso determinada pessoa se entenda como mulher, não possuindo essa conformação, poderá somente obtê-la por meio de intervenções cirúrgicas.” (p. 111)

Outro aspeto, largamente relacionado com a questão da identidade, é sublinhado no vasto conjunto de textos sobre políticas sociais e desigualdades. No conjunto de artigos sobre esta temática, existe um foco específico na questão da mulher. Deste modo, estes textos abordam as diferentes facetas da discriminação e desigualdade da mulher. Incluem-se os contributos de: Carla Castro, com a liberdade individual e as existentes desigualdades de género “O Estado social foi concebido em torno do ‘homem ganha-pão’ e da ‘mulher dona de casa.’” (p. 39), Catarina Furtado, sobre a realidade da mulher em Portugal e em outras geografias, concluindo que, “as raparigas e mulheres são quem mais sofre no mundo inteiro.” (p. 41-42), Catarina Marques Rodrigues, que propõe olhar para um problema contemporâneo – a crise de habitação – numa perspetiva de género e da (falta) de independência das mulheres (p. 53), de Fernanda Cândia e Maria Fernanda Cândia, no silenciamento histórico das mulheres em “Podemos aliás ainda hoje ler que ‘nunca se queixavam.’” (p. 91), João Maria Jonet e a polarização política e no mercado laboral relativamente às mulheres, Maria Castello Branco a ideia da mulher como o outro e como parte “A mulher existe porque tem uma vulva; o homem, por outro lado, é representado como um indivíduo na sua totalidade, com um corpo, olhos e, no caso do rei, uma coroa.” (p. 157) e Leonor Beleza, no progresso dos direitos até hoje, e a importante caminhada futura por mais direitos “Por muito que nos possamos queixar das partes ainda vazias do copo, não há comparação entre a relevância pública dos nossos direitos hoje e na altura em que nasci.” (p. 174)

Poder-se-á também identificar uma segunda secção, onde se incluem os artigos que exploram temáticas relativas a escolhas políticas assentes em valores pessoais profundos. O aborto, a eutanásia, mas também a educação e a família são alguns dos



aspectos aqui explorados. Assim, estes temas partilham o seu forte valor normativo, crítico tanto no debate político e como no seio da sociedade civil.

Para Susana Peralta, o aborto é o assunto chave, num artigo com testemunho pessoal, sublinha “As consequências – das do aborto clandestino às da gravidez não desejada – são sempre mais prováveis nas mulheres de menores rendimentos, (...) Assim era em Portugal antes de 2007: quem podia ia a Espanha tratar do assunto.” (p. 184) Já para Teresa Violante, o foco é na questão da objeção de consciência, em que se “(...) coloca os profissionais na posição de juízes morais do comportamento das pessoas grávidas.” (p. 209) Paralelamente, a eutanásia é o outro grande tema relacionado com as escolhas políticas valorativas. No artigo de André Coelho Lima, com três tipos de argumento (jurídico, político e filosófico) o autor apresenta-se como um defensor da não ingerência na vida de outrem, afirmando a sua incredulidade sobre defender-se a defesa da vida do próprio que, detentor desse direito, quer terminá-la. (p. 20) Outro ângulo de análise surge no artigo de Isabel Moreira, defendendo tratar-se de uma matéria da competência da Assembleia da República, menciona também algumas incongruências no debate, em que: “Também houve tentativas de referendar o final da vida de pessoas. Os que recusaram inicialmente o referendo com base na sua fé, dizendo que a vida não se referenda, depressa mudaram de opinião, já que a lei fora aprovada.” (p. 121)

Por fim, no conjunto de contributos que se centram no conceito de família, encontramos Daniel Oliveira, que assinala a variedade de configurações familiares, pelo que “Não quero convencer ninguém das virtudes do meu modelo de família, até porque não o tenho.” (p. 67). Fabíola Cardoso refere também que “Quebrar o conservadorismo com que crescemos, que nos foi transmitido em cada colher de sopa, em cada ida à casa da tia, é um processo emancipatório duro. Especialmente para as mulheres, eternamente entre a puta e a santa.” (p. 70), fazendo referência à família, à mulher e à criança que cresce nessa família. Particularmente sobre a diversidade de famílias, esta questão advém também destas novas formações familiares, uma evolução do conceito de família nas sociedades contemporâneas. A introdução do divórcio, a legalização do aborto, o casamento e adoção por pessoas do mesmo sexo, por um lado, mas também a introdução das mulheres na força laboral, alteraram estruturalmente o conceito de família – não existindo, no entanto, uma irreversibilidade dos direitos sociais conquistados. Os autores mencionam algumas destas questões, sendo que para Pedro Strecht, “A diversidade da organização das famílias é atualmente indiscutível. (...) É a evolução da realidade psicossocial que o demonstra de forma clara, levando a que seja impossível não só compreendê-la como, obviamente, aceitá-la.” (p. 175) Em relação à parentalidade, a paridade é o tema principal no artigo de Leonor Caldeira, em que o padrão português se define como “(...) pai e mãe trabalham a tempo inteiro, mas é à mãe que cabe a maior parte das tarefas domésticas e, em cima disso, é ainda ela a pessoa que domina as questões da saúde familiar: (...)” (p. 149) Sobre as crianças e a educação, Joana Mortágua fala da disciplina de Educação para a Cidadania e o Desenvolvimento, sublinhando a sua posição sobre a identidade, individualidade, liberdade e autonomia das crianças, que deverão no contexto escolar desenvolver-se como cidadãos completos, saudáveis e livres. (p. 131) Por último, Teresa Leal Coelho fala sobre a democracia, a família e a liberdade individual e conclui: “Uma sociedade democrática, integrada num Estado de direito democrático, reconhece a dignidade humana como atributo de todos os



seres humanos, respeita a diferença, acolhe os valores da autonomia, da liberdade e da identidade de cada um.” (p. 197)

Em suma, considerando que se trata de um compêndio de diversos artigos sem uma ordem específica ou obrigatória à leitura, esta obra pretende juntar diversos contributos dos diferentes pontos do espectro político. Questões sobre grupos historicamente discriminados, mais ou menos esquecidos pela história (pessoas racializadas, as diferentes identidades de género e orientações sexuais, as mulheres), assim como escolhas políticas valorativas (o aborto, a eutanásia, a família, a parentalidade, a educação, a liberdade) são vistas através de diversos prismas, pelos diferentes autores, com pontos de vista e de partida distintos. É necessário sublinhar que, apesar de os textos serem contidos em si mesmos, existe um elo de ligação: esta mesma ideia de que não existe uma identidade única e uma só configuração possível para a família. Não sendo uma obra que ataca o *Identidade e Família* (2024), nasce para a desconstruir e às ideias nela preconizadas. O *Reflexões sobre a Liberdade – Identidades e famílias* (2024) é uma obra que demonstra que independentemente da posição ideológica de cada um, é possível reunir um grupo heterogêneo de autores que lutam pela defesa da igualdade na diversidade. Publicada no ano em que se celebram os 50 anos da democracia portuguesa, esta obra espelha uma verdadeira diversidade entre pares assim como a capacidade de contribuir para o diálogo democrático.

Como citar esta recensão crítica

Querido, Carolina (2025). Mortágua, Joana; Castello Branco, Maria e Peralta, Susana (2024). *Reflexões sobre a Liberdade – Identidades e famílias*. 1.ª edição, agosto de 2024. Alfragide: Oficina do Livro. ISBN: 978-989-581-244-8. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 16, Nº. 1, novembro 2025-abril 2026, pp. 526-529. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.16.01.2>

